



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Gestão territorial e a boutiquização do Patrimônio no Programa Revive, no Centro Histórico de Salvador

Carlos Andrés Díaz Mosquera



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MOSQUERA, Carlos Andrés Díaz. Gestão territorial e a boutiquização do Patrimônio no Programa Revive, no Centro Histórico de Salvador. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 240-265, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Gestão territorial e a boutiquização do Patrimônio no Programa Revive, no Centro Histórico de Salvador¹

Carlos Andrés Díaz Mosquera ²

Resumo

O presente artigo é produto de uma pesquisa sobre o programa de intervenção urbana denominado Revive, no Centro Histórico de Salvador. Analisam-se os principais roteiros da intervenção, os tipos de relações público-privadas nas redes de gestão e implementação do programa, assim como a forma, concepções e lógicas das relações interinstitucionais entre o governo de Portugal, as instituições locais de gestão do patrimônio histórico cultural em Salvador e os investidores do capital imobiliário. Conclui-se que nas redes de gestão territorial preponderam os atores que possuem o capital imobiliário e que fazem parte da engrenagem pública institucional que administra e executa o programa. Este tipo de gestão territorial dá continuidade aos velhos conflitos sociais que remontam à década de 90 pelos usos do espaço central urbano entre o residencial e os usos para o consumo solvente. O Programa Revive constitui-se num modelo de intervenção urbana importado de Portugal e, no Brasil e Salvador, se boutiquizam os espaços para consumos solventes³.

Palavras-chave: Programa Revive; Centro Histórico de Salvador; gestão territorial.

¹ Este trabalho é produto da tese de doutorado do Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia no ano de 2022, intitulada “Para quem é a cidade? Redes de gestão público-privadas nas reformas urbanas dos centros de Salvador (Bahia) e Cali (Colômbia)”. Esta tese foi financiada pela Capes e orientada pelo professor dr. Rafael de Aguiar Arantes.

² Doutor em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFBA). Email: carlosandres1002@gmail.com

³ O uso neste artigo da palavra População Solvente faz referência a um grupo social com capacidade aquisitiva e de consumo que devido a sua condição socio econômica, pode usar, usufruir, frequentar e/ou consumir certos espaços dentro do Centro Histórico de Salvador, assim como outros lugares turísticos.

Abstract

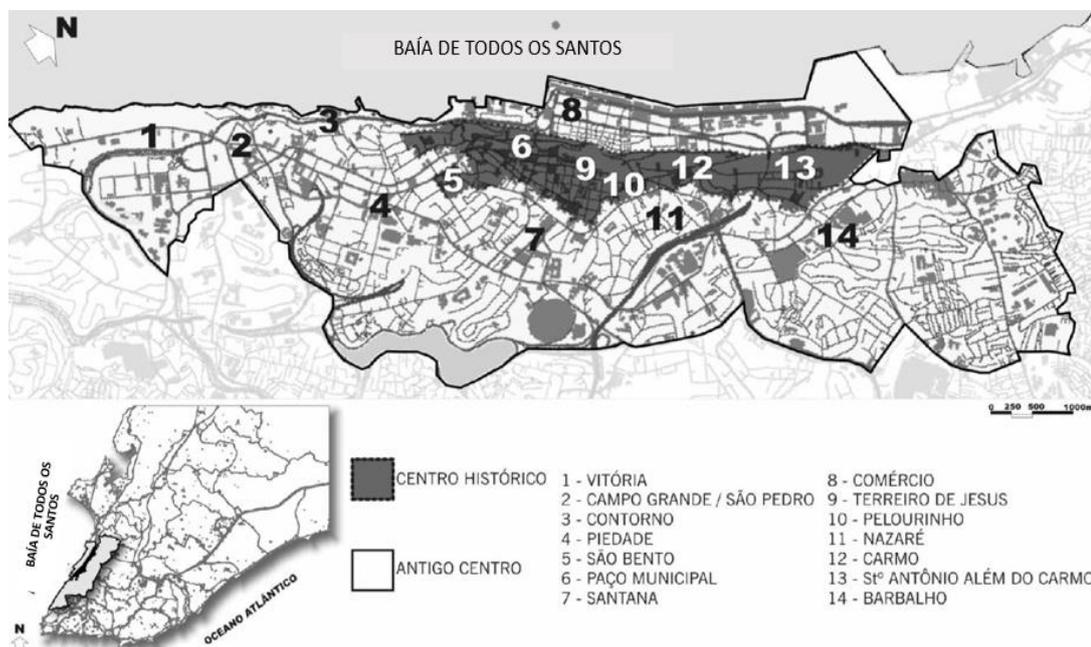
The following article is the product of a research about the urban intervention program in the Historical Center of Salvador called Revive. The main routes of the intervention are analyzed having as main focus the types of public-private relations in the networks of management and implementation of the program, as well as the form, conceptions and logics of the inter-institutional relations between the government of Portugal, the local institutions of management of the cultural heritage in Salvador and the most relevant investors of the real estate capital. We conclude that in the territorial management networks the actors who own the real estate capital are part of the public institutional machinery that manages and executes the program predominate. This type of territorial management gives continuity to old social conflicts dating back to the 1990s over the uses of urban central space between residential and solvent consumption uses. In this way, the Revive Program constitutes an imported model of urban intervention from Portugal in Brazil and Salvador that boutiquizes spaces for solvent consumption.

Keywords: Revive Program; Historic Center of Salvador; territorial management.

Centro Histórico de Salvador como lugar estratégico e cenário permanente de políticas de renovação

Pensar nos centros nos remete a tempos fundacionais das cidades latino-americanas que, desde a conquista e a colonização, ocuparam papel vital e estratégico na vida sócio-econômica do sistema colonial europeu na América (ROMERO, 1999). O centro desempenhou desde suas origens coloniais um papel administrativo, posto de controle militar, residência das classes governantes, núcleo comercial e sede dos principais poderes públicos coloniais.

Mapa 1. Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.



Mapa 1. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei de ordenamento do uso e da ocupação do solo de Salvador. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira, capturado em setembro de 2006. Elaboração Universidade Federal da Bahia / Sistema Eletrônico de Informações 2006.

O Centro Antigo de Salvador, segundo a Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) tem uma área de 7km² e inclui em sua extensão territorial 11 bairros da capital baiana: Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Santo Antônio e Comércio, além do centro histórico. Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1984 e reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1985, como Patrimônio da Humanidade (GOTTSCHALL, SANTANA, 2006).

O núcleo histórico de Salvador situava-se entre o Terreiro de Jesus, Largo do Pelourinho e ruas paralelas, o que correspondia à área residencial da sede administrativa da Capital do Império Português no Brasil, abrangendo desde a fundação colonial da cidade de Salvador, em 1549, por Tomé de Souza, até 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009). Antes da colonização portuguesa, esta área era ocupada pelos Tupinambá e, posteriormente, colonizada pelos padres jesuítas para fundar seu colégio na área hoje denominada como “Terreiro de Jesus”. Segundo Santos (2008, p. 41), Salvador foi o porto mais importante do País e, no fim do século XVI, a cidade contava com 8 mil habitantes.

Sua função portuária cresceu junto com as funções administrativa, comercial e militar, impulsionada pela importância da cultura da cana.

A organização espacial fundacional da cidade e do centro em particular teve como base uma divisão entre “Cidade Baixa” e “Cidade Alta” (MIRANDA, DOS SANTOS, 2009, p. 12), que resultou da antiga estratégia de defesa militar do império português. Segundo Santos (2008), pelo fato de a cidade ter sido centro administrativo, religioso, porto e forte militar, isso incidiu na composição social do seu centro residencial, pois nele moravam comerciantes, ocupantes de altos cargos da hierarquia eclesiástica, senhores de engenho, classes abastadas, detentores de postos administrativos e políticos da sociedade escravista e colonial.

No século XVIII, descobre-se ouro nas terras altas da Chapada Diamantina, que, junto com o tráfego de gado, aperfeiçoou suas funções metropolitanas regionais e se posicionou como a capital econômica do Recôncavo (SANTOS, 2008, p. 42). Nas primeiras décadas do século XX, as atividades comerciais do Pelourinho utilizavam especialmente os andares térreos das casas, onde predominavam ocupações com habitações pluridomiciliares. Durante a primeira metade do século XX, as epidemias de cólera e febre amarela atingiram os moradores da área, já neste tempo era possível evidenciar o quadro de “degradação” do bairro em termos de infraestrutura, lotação, ausência de condições higiênicas e um panorama geral de pobreza (SANTOS, 2008, p. 171).

Na metade do século XX, a classe alta - que habitava o centro histórico - saiu do lugar para ocupar bairros como Graça, Canela, Barra, Vitória e Campo Grande. Os casarões foram ocupados por famílias e população de baixa renda da própria cidade, do Recôncavo e do Sertão, pequenos comerciantes, prostitutas, trabalhadores(as) e ambulantes dos mais diversos ofícios. Também desde meados do século XX registram-se incêndios que afetaram as residências antigas (GOTTSCHELL, SANTANA, 2006).

A degradação que sofreu o Centro Histórico de Salvador na segunda metade do século XX, segundo Eduardo A. C. Nobre (2003), Albuquerque (2011) e Nobre Ferreira (2010), estava associada a diversos processos como a transferência das sedes administrativas e instituições econômicas da cidade para outras áreas como o Centro Administrativo, na década de 70, assim como ao traslado de muitas instituições que cumpriam papel importante na densificação e diversificação dos usos do lugar, tais como a Faculdade de Medicina, o Instituto Médico Legal, a sede do Incra e a Academia da Bahia. Da mesma forma, foram fechados o Cine Santo Antônio

e o Cine Popular, desativaram o Plano Inclinado do Pilar e o Elevador do Tabuão (ALBUQUERQUE, 2011, p. 142).

O surgimento de outras centralidades na cidade potencializou a “popularização do comércio central” (ALBUQUERQUE, 2011). É neste contexto que em nível continental a OEA, em 1967, ditou as bases e roteiros para que o patrimônio cultural latino-americano se valorizasse e se recuperasse em função do turismo (AZEVEDO, 2004). Nas décadas de 70 e 80, segundo Gottschall, Santana (2006), ocorreram migrações impulsionadas pelas oportunidades industriais ocorridas na região metropolitana: exploração do petróleo no Recôncavo Norte, depois a implantação do CIA (Centro Industrial de Aratu), em Simões Filho, e o Polo Petroquímico, em Camaçari, que impactou as dinâmicas do centro da cidade. Para Bonduki (2010), essa fase correspondeu ao momento em que os centros tradicionais das cidades mais dinâmicas perderam sua atratividade econômica e imobiliária em decorrência das novas centralidades, assim como a implementação de uma infraestrutura viária voltada para o automóvel.

Salvador começou a expandir suas fronteiras e periferias de forma acelerada nas últimas décadas do século XX, assim como a configurar processos urbanos desiguais e segregados que se estabeleceram em três vetores de expansão diferenciados: a Orla Marítima Norte, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário no Litoral da Bahia de Todos os Santos (MOREIRA DE CARVALHO e CORSO PEREIRA, 2014, p. 57). Estes processos urbanos recaíram nas dinâmicas locais do Centro Histórico de Salvador e surgiu assim o discurso da necessidade de revitalização, renovação e recuperação do Centro Histórico de Salvador. O projeto de intervenção no centro histórico foi uma iniciativa do governo do Estado e do governo municipal, que começou a tomar forma desde finais dos anos 60 e começo dos 70, para desenvolver o “potencial turístico e o tempo de lazer”, especialmente no Pelourinho e na Orla, novos lugares de investimentos (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009, p. 14).

O IPAC (Instituto Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) fez um levantamento das condições econômicas e sociais do Pelourinho nas décadas dos 70 e 80 para iniciar as intervenções e preservação de algumas áreas, (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, p. 18). Em dezembro de 1985, o Centro Histórico de Salvador foi declarado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, passando a ser visto como uma área com potencial de investimento (BRAGA, RIBEIRO DOS SANTOS, 2009, p. 24). Nesse sentido, a década de 90 foi decisiva para o início do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Com este tipo de iniciativas, abriram-se espaços aos processos de “enobrecimento” e à criação de diversos empreendimentos, os quais, para Braga e Ribeiro (2009), significaram a expulsão da população pobre/moradora e a mudança das atividades econômicas, trazendo consigo transformações sócio-espaciais voltadas, principalmente, para o consumo cultural, manutenção, conservação de prédios e a “revitalização” de um espaço que se inseriu nas dinâmicas internacionais de consumo turístico no contexto da globalização. Segundo Nobre (2010, p. 164), no ano de 1992, no Maciel/Pelourinho, cerca de 85% dos moradores foram despejados, nas primeiras etapas de intervenção, e os outros 15% permaneceram temporariamente até a conclusão das outras etapas, sendo expulsos à medida que a reforma avançava. O tipo de função que tinha a propriedade no Pelourinho nos anos de 1992/93 era majoritariamente residencial e, em menor porcentagem, de serviços e comercial, já no ano de 1995 esse tipo de função diminuiu notavelmente até chegar a 3% contra 15% nos anos 92/93, (NOBRE, 2010, p. 174). Depois da intervenção, aconteceu uma conversão na funcionalidade da propriedade, segundo informe do IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) do Levantamento do Solo de 1995.

A década de 90 marcou a tendência do “turismo globalizado”, o aproveitamento econômico da indústria cultural nas cidades latino-americanas, projetos urbanos apoiados por organismos internacionais e do qual o Centro Histórico de Salvador fez parte (AZEVEDO, 2001; NOBRE 2010). Estas transformações, apoiadas e gestadas por instituições públicas e agentes privados, buscaram a valorização do patrimônio, transformaram os centros históricos em territórios rentáveis mediante sua conversão em objetos de “turismo cultural” internacional, nacional ou local (PRADILLA, 2012, p. 31).

Novas tendências e velhos conflitos sobre o Centro Histórico de Salvador

Desde as últimas décadas do século XX, os centros urbanos e históricos são objeto de intervenções, renovações, reformas e programas gestados por diversas formas de alianças entre o setor público e os empreendimentos privados (DE MATTOS, 2002; SANTANNA, 2004). Estas lógicas buscaram o aperfeiçoamento da articulação do centro às dinâmicas de acumulação capitalista por meio da construção de empreendimentos, negócios, boutiques, shoppings, hotéis, lojas, instalação de sedes administrativas e pontos nodais de transporte, outorgando desta forma novos sentidos ao centro (GOTTSCHELL e SANTANA, 2006). Estas lógicas produziram e

acrescentaram conflitos ao redor dos usos do solo central urbano expressados nos já existentes usos residenciais e comerciais das camadas mais pobres e, por outro lado, os novos tipos de usos plasmados nas lógicas de renovação, revitalização e recuperação capitalista do espaço. Desde as últimas décadas do século XX, foram implementados sistematicamente nos centros históricos da América Latina dois tipos de intervenções desde o aproveitamento turístico ou desde a recuperação administrativa e funcional (AZEVEDO, 2004; SANTANNA, 2009; CARRIÓN, 2005).

Na primeira perspectiva, o sentido turístico utilizou a cultura, o patrimônio, a história, a arquitetura, a beleza natural ou os aspectos identitários da cidade como produtos a serem oferecidos e consumidos enquanto “patrimônio urbano” (CHOAY, 2017). A tendência de fazer dos centros históricos um monumento a ser oferecido, preservado, conservado e “dispositivo de segurança” da memória e da identidade de grupos dominantes, foi um produto ocidental eurocêntrico trasladado para as cidades latino-americanas como modelo de “turismo cultural” (AZEVEDO, 2004, p. 199).

El turismo cultural, inspirado en experiencias europeas, como la española y francesa, era la palabra de orden en aquella época, no solo para la OEA, como para la Unesco. En aquella norma, el turismo cultural es presentado como la tabla de salvación, no solamente para los centros históricos, como para las economías de los países de la región, con graves problemas de balance de pagos. Con esta inspiración, se hicieron algunos grandes proyectos de desarrollo urbano y regional, como el llamado Plan Esso. Para la Ciudad Histórica de Santo Domingo, de 1967, y el Plan Copesco (1969 y 1975), para el desarrollo de una faja de 500km de la Cordillera Andina, entre Cuzco y Puno, en Perú, con un presupuesto de US\$ 72.4 millones financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo. En Brasil, los Ministerios de Planificación y de Educación y Cultura crean el Programa de las Ciudades Históricas del Nordeste - PHC, empezado en 1973 y cerrado diez años más tarde (AZEVEDO 2004, p. 199).

Este processo é focalizado no aproveitamento dos equipamentos turísticos e atrativos culturais para o público solvente⁴ local, nacional e mundial. Desta forma, algumas cidades se consolidaram no nível mundial como turísticas, tais como Cartagena, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Buenos Aires, San Carlos de Bariloche, Cusco, Lima, Santiago e Cidade do México (CARRIÓN, 2001).

Existem casos em que os projetos de recuperação e revitalização urbana são apoiados, assessorados e financiados por organismos mundiais/continentais de desenvolvimento que são

os encarregados de direcionar e gestar os empréstimos financeiros. Tal é o caso de instituições como a Organização dos Estados Americanos, Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) ou inclusive governos de países europeus como é o caso de Portugal, na implementação do Programa Revive, no Brasil e, mais especificamente, em Salvador, Bahia. Estas instituições multilaterais injetam capitais de fundos fiduciários europeus ou de outros países desenvolvidos localizados no Norte Global. Nesse caso, os recursos estão atrelados a instituições multilaterais que definem roteiros, critérios e alinhamentos que constroem lógicas de poder territorial de fazer a cidade. Em muitos casos, essas experiências viraram uma “camisa de força”, um modelo exemplar e um paradigma de referência a seguir.

A perspectiva turística está atrelada a uma ideia de City marketing (DE MATTOS, 2010; AZEVEDO, 2004), onde os centros foram objeto de programas e projetos de investimentos financiados com políticas econômicas das instituições multilaterais que ajudaram no desenvolvimento de empresas privadas dentro das zonas reformadas como hotéis, lojas e restaurantes.

A segunda perspectiva consiste na recuperação funcional e administrativa da centralidade. Para Carrión (2021), a consolidação do centro histórico é o resultado de um conjunto de relações sócio-espaciais, de tal maneira que as reformas e intervenções produzidas causam impactos nos seus arredores.

Un centro histórico se define por sus relaciones con el conjunto de la ciudad y no cerrado en sí mismo. En otras palabras, cuando se hacen intervenciones fuera del centro histórico es muy probable que se lo afecte directamente, de forma positiva o negativa. Por eso, no se trata solo de intervenir en la zona demarcada, sino también en las áreas externas de influencia inmediata. Ahí viene la necesidad de establecer un sistema de centralidades, de tal manera que no exista competencia entre ellas sino cooperación. La centralidad histórica no es una suma de monumentos o atributos, sino una red de relaciones (CARRIÓN, 2021).

Nestas intervenções de recuperação funcional e administrativa se consolidaram processos de privatização das dinâmicas e da gestão do assunto urbano, onde o Estado fez presença como um ente facilitador da gestão que se articulou com o setor privado, o que foi denominado como governança urbana por Marques (2013) e Carvalho (2013). Nesta lógica, o Estado se apresenta como uma entidade que carece de recursos (HARVEY, 1996; DE MATTOS, 2008) e procura potenciais investidores privados.

O que se tem evidenciado na história das intervenções nos centros na América Latina desde os anos 90, porém, como bem é assinalado por Silvio Mutal (2001) nos casos de Cidade de Panamá, Santo Domingo, Lima, Cartagena e Salvador - só para mencionar alguns - é que as populações moradoras e locatárias, pelo fato de não possuírem capital de investimento nem poder político no mundo institucional, ficaram relegadas, silenciadas, excluídas, violentadas pela maquinaria institucional e de gestão das reformas urbanas. Nessa ordem de ideias, é importante salientar que a organização e o planejamento da cidade envolvem dinâmicas do que Mignolo (2014) chamou de “colonialidade do poder territorial”, na qual um grupo de agentes específicos definem as formas de saber e fazer as gestões nas cidades.

Estes agentes urbanos são três, principalmente: as instituições globais de financiamento e desenvolvimento; os poderes públicos locais (instâncias de governo), instituições encarregadas do assunto urbano, cultural e patrimonial e, finalmente, os atores privados expressados em capitais imobiliários. Entre estes agentes existem articulações, parcerias, gestões e coalizões que garantem a viabilidade e execução dos programas urbanos.

Programa Revive. Importação de modelos urbanos internacionais e suas relações com agentes locais nos destinos do CHS

O Programa Revive é uma intervenção urbana que tem como origem um modelo trazido de Portugal e é impulsionado pelo governo do Estado da Bahia. Este programa projeta o Centro Histórico de Salvador como lugar estratégico de investimentos privados, potencializando o aproveitamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural desde uma perspectiva turística. Consiste numa iniciativa de intervenção do Centro Histórico de Salvador⁵ na modalidade de concessões do patrimônio público. O protocolo, roteiros e diretrizes em questão são parte da estratégia do governo de Portugal para a internacionalização do programa, que já desenvolve estratégias semelhantes na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como Moçambique e São Tomé e Príncipe.⁶

⁵ Um desses programas é o Revitalizar, que tem como focos a integração viária, o melhoramento de fluxos, a projeção de habitação social para servidores públicos, viabilidade dos investimentos do capital imobiliário, criação de equipamentos culturais, recuperação do centro como sede administrativa e um centro modernizado de acordo com o viés turístico, acompanhados de fortes propagandas de marketing urbano.

⁶ Programa Revive cooperação internacional promove patrimônio cultural e turismo. **Iphan**. Salvador. Disponível em: 12/3/2020 <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>.

Nas diretrizes e roteiros estipulados no documento “Guião Técnico do Projeto Revive” do Ministério de Turismo de Portugal, se estabelecem os princípios que guiam a intervenção:⁷

- Lançamento ao mercado através de concessões de longa duração de mais de trinta imóveis do Estado atualmente sem ocupação;
- Recuperação das atividades econômicas desde os investimentos privados focalizados no setor turístico;
- Os imóveis objeto do Projeto Revive não serão alienados, as figuras jurídicas de exploração salvaguardam a propriedade pública deles;
- Recuperação, requalificação e refuncionalização dos imóveis patrimoniais;
- Captação de investidores privados;
- Os investidores podem aceder a linhas de financiamento feitas pelo Ministério do Turismo de Portugal; concurso público para seleção das entidades e o projeto que irão desenvolver (Programa Revive 2018).

No caso do Brasil, uma das frentes mais importantes do programa consiste em trabalhar numa política de atração de investimentos de empresas internacionais e nacionais para o setor hoteleiro. Até julho de 2020, foram selecionados quatro locais: Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo (PB); Forte Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE); Forte Orange, na Ilha de Itamaracá (PE); e Fazenda Pau D’Alho, em São José do Barreiro (SP). Os critérios de seleção dos imóveis foram o seu potencial turístico e a valorização do Patrimônio Cultural, tendo como foco a Região Nordeste.

O programa foi assinado em março de 2020⁸ pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, a presidente do Iphan, Larissa Peixoto, a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal (Brasil) e o Governo de Portugal. As formas como se relacionam o setor público e o privado já estão estipuladas em roteiros específicos como a Agenda 2030 - da qual Brasil é assinante - da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu dentre suas metas o cumprimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Declaração de Montreal – Por uma visão humanista e social do turismo (OITS, 1996) o Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015).⁹

⁷ Programa Revive: Salvar e reutilizar patrimônios. Revista de História da Arte, n. 13. 2018. Margarida Elias e Raquel Henriques da Silva.

⁸ Programa Revive, Parcerias e Concessões. Ministério do Turismo. Brasil. Disponível em: <https://investimento.turismo.gov.br/parcerias-e-concessoes/revive/>.

⁹ A Declaração de Montreal foi adotada durante a Assembleia Geral anual da Organização Internacional do Turismo Social realizada em setembro de 1996, visa ao desenvolvimento do turismo desde uma perspectiva sustentável, como um direito e agente decisivo de planejamento do território e desenvolvimento social, em harmonia com o meio ambiente, assim como instrumento para gerar benefícios econômicos à população local. O

Estes documentos são seminais no campo do contexto global da economia de serviços focalizada no turismo¹⁰ e no Desenvolvimento Sustentável nas políticas de gestão urbana. No Programa Revive, pretende-se trazer um corpo técnico especializado de Portugal para atividades formativas do Centro Lucio Costa (CLC).¹¹ Na execução do programa articula-se um conjunto de instituições, como é o caso do Iphan, “que se apoia na experiência de instalação de Centros de Interpretação em cidades históricas de Portugal e pretende trazer o modelo para a realidade brasileira, em especial para os sítios do Patrimônio Mundial”.¹²

Projeções do Revive em Salvador, Bahia, e a transferência de modelos urbanos

Para o caso específico da Bahia e de Salvador, o Programa Revive tem por objetivo “A recuperação de imóveis de valor arquitetônico, histórico e cultural da Bahia para finalidade turística”. Este protocolo foi assinado no dia 21 de junho de 2019 em Lisboa pelo secretário do Turismo da Bahia, Fausto Franco, e a secretária do Turismo de Portugal, Ana Mendes Godinho.¹³ O “termo de cooperação” envolve um conjunto de instituições como a Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria da Administração, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ministério do Turismo, de Cultura da Unesco no Brasil, Santa Casa de Misericórdia e Arquidiocese de Salvador.

Na Bahia, o nome que adquire é “Programa de Requalificação de Patrimônio Cultural Edificado, com integração ao programa português Revive”, em palavras do então vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, o programa

Código Mundial de Ética do Turismo foi elaborado pela Organização Mundial do Turismo em Chile em outubro de 1999 e busca minimizar os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente, o patrimônio e a sociedade.

¹⁰ Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil. Ministério do Turismo 2018-2022

¹¹ O Centro Lucio Costa é uma Escola do Patrimônio, é a base do eixo **Formação e Pesquisa Aplicada**. Ao CLC compete promover e coordenar as atividades do [Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan - PEP](#) e, por meio da Coordenação de Formação Profissional, promover a articulação entre as atividades de ensino e extensão com as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do CLC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1693/>.

¹² Em visita a Portugal, delegação do Iphan quer trazer para o Brasil os Centros de Interpretação. **Iphan**. Salvador. Disponível em: 19/4/2018 <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4612>.

¹³ Bahia e Portugal assinam acordo para recuperar patrimônio arquitetônico. **Mundo Lusíada**. Portugal. Disponível em: 22/6/2019 www.mundolusiada.com.br/box3/bahia-e-portugal-assinam-acordo-para-recuperar-patrimonio-arquitetonico/.

traz para a Bahia muita esperança, nós estivemos em Portugal, fazendo uma vistoria do Programa Revive. Lá, nós encontramos hotéis maravilhosos funcionando em prédios que estavam abandonados, e aqui nós temos alguns exemplos. Já temos algumas grandes empresas internacionais, especialmente do setor hoteleiro, interessadas. Com isso, podemos, em vez de ter despesas para preservar o patrimônio, aumentar a receita por meio da cessão remunerada, contribuindo ainda para a geração de emprego e renda (SECULTBA, 11-11-2019).¹⁴

Um dos aspectos a ressaltar nos roteiros e depoimentos dos agentes encarregados do programa consiste em conceber a manutenção, conservação e gestão pública do que é patrimônio como uma despesa pública, a qual precisa ser reduzida deixando a sua administração e aproveitamento nas mãos dos potenciais investimentos privados. Nas redes sócio-institucionais do Programa Revive, as relações que se consolidam de forma mais sólida pertencem aos agentes públicos institucionais e, por outro lado, o setor privado (capital imobiliário), ambas instâncias que conformam uma rede de poder de gestão territorial institucional, principalmente pela posse de capital de investimento, poder político administrativo e porque são considerados os agentes que “sabem o que fazem” com o patrimônio.

Agentes público-privados do Programa Revive

TIPO DE AGENTE	ORGANIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, EMPRESA
Agentes públicos	<p>INTERNACIONAIS: Organização das Nações Unidas Governo de Portugal Ministério de Turismo de Portugal Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Governo de Portugal</p> <p>NACIONAIS: Ministério do Turismo do Brasil Secretaria do Turismo do Estado da Bahia Secretaria do Desenvolvimento Econômico Iphan Procuradoria Geral do Estado Secretaria da Administração Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Ministério do Turismo, de Cultura da Unesco no Brasil FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) PRODETUR (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador)</p>

¹⁴ Bahia e Portugal se unem em programa de requalificação do patrimônio. SECULTBA. Bahia. Disponível em: 11/11/2019. www.cultura.ba.gov.br/2019/11/17151/Bahia-e-Portugal-se-unem-em-Programa-de-Requalificacao-de-Patrimonio-cultural.html#:~:text=%E2%80%9CN%C3%B3s%20estivemos%20em%20Portugal%2C%20fazendo.especialmente%20do%20setor%20hoteleiro%2C%20interessadas.

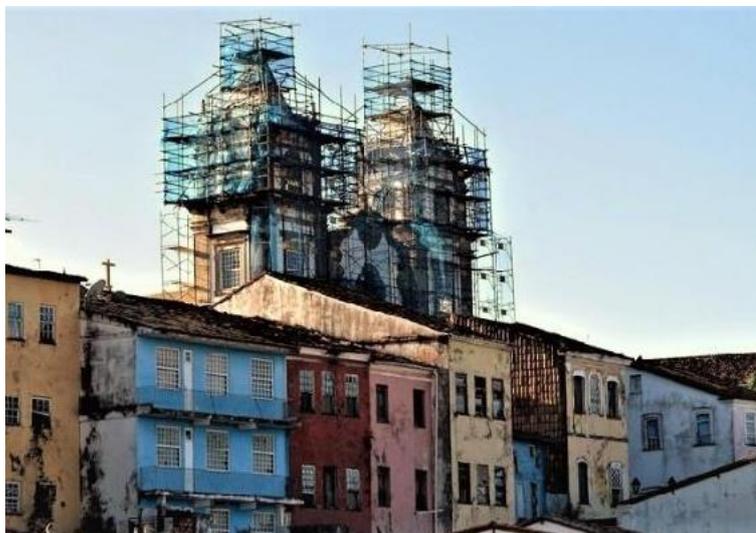
	Secretaria de Patrimônio da União (SPU) Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI), do Ministério da Economia BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
Agentes privados	Santa Casa de Misericórdia e Arquidiocese de Salvador Proprietários de imóveis e casarões antigos Antonio Mazzafera, Fera Investimentos Nova Bahia Calatrave Invest & Trade Inc Grupo Vila Gale - Grupo Hoteleiro Português Elo
Sociedade	AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador) Movimento Sem Teto da Bahia Organização “O centro antigo sangra”

Quadro Agentes público-privados Programa Revive. Elaborado pelo autor.

O principal grupo de gestão é administrado por um Comitê Interministerial conformado por representantes do Ministério do Turismo, da Secretaria Especial da Cultura, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), os quais têm como funções a criação do plano de trabalho do programa, definir normas, processos, procedimentos operacionais, editais de chamamento público para a execução de serviços e catálogo de ativos a ser concedidos na primeira fase do projeto.¹⁵

¹⁵ Programa Revive ganha comitê interministerial para avançar nas ações. **Ministério do Turismo**. Brasil. Disponível em: 29/1/2021 <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/01/programa-revive-ganha-comite-interministerial-para-avancar-nas-acoas>.

Foto 1. Igreja Rua do Passo. Focalizações das reformas e preservação da memória religiosa colonial



Fonte: Foto tirada pelo autor 2018.

Um dos agentes locais é a Arquidiocese. Junto com o Governo do Estado da Bahia, foi assinado um protocolo de intenções (n. 2) de dezembro de 2019, para identificar imóveis históricos que possam integrar o Revive Bahia e criar uma rota turística, cultural e religiosa. A parceria, assinada em visita ao Convento da Lapa, também apoia a criação de um Centro de Restauro e Conservação com capacitação de jovens restauradores.¹⁶

Desde as primeiras reuniões, o Programa Revive tem como referência a experiência internacional do programa em Portugal, tal como o expressa o secretário do Turismo, Fausto Franco, que destacou o funcionamento do projeto no país europeu:

Nossa ideia é pegar os sítios históricos abandonados ou subutilizados e transformá-los em equipamentos turísticos, considerando que o segmento é uma forma rápida de gerar emprego e renda e cabe a nós viabilizarmos essas estruturas para que, de fato, a iniciativa privada possa tocar esses projetos.¹⁷

¹⁶ Governo e arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia. **IPAC**. Bahia. Disponível em: 2/12/2019. www.ipac.ba.gov.br/noticias/governo-e-arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-bahia.

¹⁷ Governo e arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia. **IPAC**. Bahia. Disponível em: 2/12/2019. www.ipac.ba.gov.br/noticias/governo-e-arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-bahia.

Chamam a atenção as garantias e o bom ambiente jurídico que teria o capital imobiliário, é uma perspectiva de longo prazo - 50 anos de gestão - que torna e potencializa ao setor privado, como bem assinala Maricato (2001), um poder político, econômico e social do espaço como resultado de trocas e redes de gestão.

O objetivo é dar viabilidade e recuperação a monumentos e patrimônios históricos que estejam abandonados e em avançado estado de degradação e poder trazer o investidor privado para que ele possa fazer uma gestão durante os próximos 50 anos, cessão onerosa e recuperação do patrimônio.¹⁸

Nestas relações, os setores públicos e privados visam ao objetivo da renovação, sendo este processo uma das características das reestruturações do Estado no contexto das políticas neoliberais (HAESBAERT, GONÇALVES, 2006). Segundo o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (2020), o sucesso do programa em terras portuguesas mostra que a parceria entre público e privado é um ótimo caminho para o setor turístico.¹⁹

Queremos levar esse mesmo modelo para o Brasil a partir da assinatura do protocolo de cooperação. Esses patrimônios geralmente estão subutilizados, alguns degradados, pichados. Esse tipo de parceria “retrata muito bem o que deve ser feito com a iniciativa privada”.²⁰

O sentido das parcerias e coalizões público-privadas na gestão territorial é entregar a administração e o lucro para os empreendimentos privados no Centro Histórico. O projeto tem linhas de crédito que provêm do FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) e do Prodetur (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador). As garantias jurídicas contidas nos roteiros e declarações de agentes públicos como a Secretaria do Turismo, evidenciam as lógicas de redes público-privadas na gestão deste programa, a qual, desde a perspectiva de De Mattos (2002), é uma tendência continental nas políticas urbanas dos últimos anos na América Latina - a administração público-privada da gestão dos patrimônios (DE MATTOS, 2008; DELGADILLO, 2014). Nesta perspectiva, o setor público possibilita o

¹⁸ No caso do projeto em Portugal, o investidor privado teria 30 anos para permitir rentabilizar o investimento e possa ser assegurada sua exploração.

¹⁹ Conferência virtual do Ministério do Turismo Brasil 9 julho 2020. Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, a presidente do Iphan, Larissa Peixoto, e a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) sobre o Programa Revive. Disponível em: www.facebook.com/MinisteriodoTurismo/videos/1416740935186613/.

²⁰ Programa Revive: Cooperação internacional promove patrimônio cultural e turismo. **Iphan**. Brasil. Disponível em: 12/3/2020 www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=13390.

crescimento do capital privado, conformando um tipo de governança urbana e poder de gestão territorial regido pelo capital imobiliário.

Nos documentos institucionais, especificam-se os tipos de alianças e parcerias público-privadas na figura de “concessão”. Para a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Martha Seillier, o Revive não representa a privatização de patrimônios, mas sim a concessão dos espaços.

É uma parceria no sentido amplo da palavra, o privado vem com o recurso para cuidar desse patrimônio e, ao mesmo tempo, trazer todo o seu conhecimento para dar visibilidade, atrair cada vez mais pessoas para essa visitação, com todas as regras que o poder público estipula nesse contrato. O poder público sai do papel de manutenção e vai para o papel macro de atrair investidores e de fiscalizar a boa gestão desses empreendimentos.²¹

Vale a pena salientar que, desde os anos 90, a política urbana brasileira, segundo Abritta Cota e Magela Costa (2010), caracteriza-se por implementar um conjunto de ações estratégicas para atrair investimentos urbanos, criando marcos jurídicos e normativos públicos para tal fim. Esta forma de governança urbana é feita com objetivos compartilhados. Existe, portanto, um clima favorável para os negócios desde as relações público-privadas onde participam as instituições de administração e gestão do patrimônio histórico e cultural como o Iphan, IPAC e as Secretarias de Desenvolvimento. Como destaca Duran (2019), existe uma captura regulatória do aparato público institucional, assim como uma inserção estratégica do setor privado no funcionamento do aparato estatal com o objetivo de garantir a produção de renda do solo urbano.

Os velhos conflitos pelo espaço central urbano são latentes no que concerne ao embate entre usos residenciais-comerciais e os grandes investimentos imobiliários. Estes últimos constroem boutiques e empreendimentos hoteleiros para um consumo solvente como são os casos recentes dos hotéis Fasano e Fera Palace, na rua Chile, a renovação do Palacete Tira Chapéu, localizado na praça Tomé de Souza, que é mais um projeto do Fera Investimento, Rio Verde Participações e a empresa Elo, os quais vão transformá-lo num espaço gastronômico, café-teatro e exposições.

²¹ Durante live, Ministério do Turismo apresenta próximos passos do Programa Revive. **Retur**. Brasil. Disponível em: 12/3/2021. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>.

Foto 2. Rua Chile. Hotel Fasano e no fundo Fera Palace



Foto tirada pelo autor 2021

Foto 3. Palácio Rio Branco.



Tomada do jornal Correio. 20 oct 2021.

Prevalece a ideia de criar um cenário de “competitividade e desenvolvimento sustentável” que tem como foco a revalorização dos elementos diferenciais para o incremento da competitividade no mercado mundial do turismo (GOTTSCHALL e SANTANA, 2006). É o que Harvey (2011) chamou a atenção desde a década de 90 sobre como as governanças urbanas criam um conjunto de diferenciações sócio-espaciais para que as cidades sejam atrativas no mapa do consumo global. Estes roteiros trazidos de outras latitudes definem o que, como e por que reformar os centros. É o que Carlos Vainer (2013) denominou como “produção de consensos” na gestão das cidades contemporâneas que giram ao redor de ideias como as de marketing urbano, empreendimentos, competitividade, produção de renda e planejamento estratégico.

Turismo e os arranjos urbanos do Programa Revive

O Programa Revive aperfeiçoa um tipo de intervenção urbana que visa ao aproveitamento e embelezamento de lugares patrimoniais para o consumo turístico focalizado em públicos solventes. Estas gestões urbanas vêm acompanhadas de discursos que evocam o sentido público e benefício das intervenções no conjunto da sociedade.

Ressalta-se também a projeção de Salvador como cidade produtiva, competitiva e regida pelo planejamento estratégico, sendo este uma forma de gestão do público para

tornar Salvador uma cidade mais igualitária, desenvolvida e sustentável com prioridade nas áreas mais carentes (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SALVADOR 2017-2020, p. 9).

Este plano estratégico potencializa ainda mais o desenvolvimento de Salvador como polo turístico do Nordeste Brasileiro (Plano Estratégico de Salvador, p. 82, 2020). Vale a pena assinalar como nas últimas décadas o Nordeste vem se projetando em nível nacional, continental e até mundial com uma tendência do que Ferreira Cardoso e Araujo Ferreira (2007) denominam como turismo residencial, no qual se empreendem projetos que valorizam o espaço para conformar um mercado imobiliário turístico.

O Nordeste brasileiro, e especificamente o litoral nordestino, atualmente, passam a atrair cada vez mais um volume de capital destinado a implementar unidades de hotelaria, resorts integrados com condomínios residenciais, “condhotéis”, flats, loteamentos, em um número cada vez maior. Empresas portuguesas e espanholas são as maiores investidoras (FERREIRA CARDOSO, ARAUJO FERREIRA, 2007, p. 110).

O que se pretende é consolidar e aperfeiçoar a velha tendência do CHS de afiançar ainda mais o turismo como sector estratégico da economia e de negócios (CARVALHO, 2013). Esta tendência é fortalecida pelos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que, segundo Ferreira Cardoso (2013), passou a investir em melhoramentos urbanos para ampliar a capacidade competitiva da região no cenário internacional em obras na malha rodoviária urbana, aeroportos e faixas litorâneas que articulam os principais circuitos das cidades - em torno de US\$ 68 milhões para incentivar a entrada de capital estrangeiro no Nordeste. Sobre estes capitais, é possível afirmar que:

A maioria é estrangeiro, principalmente da Península Ibérica. Empresas portuguesas pretendem investir cerca de 2,2 bilhões de reais no Brasil, quase todo volume no Nordeste (Exame, 2007a, p. 57); os espanhóis são o segundo em investimento, com 1,3 bilhão de reais. Grupos como Pestana, Banco Privado Português, Vila Galé, Sanches, além das grandes redes Accor, Hilton e Super Clubs passam a fazer parte do cotidiano do mercado turístico nacional e, principalmente, nordestino (FERREIRA CARDOSO e DE ARAUJO FERREIRA, 2007, p. 113).

Para o ministro do Turismo, “O turismo nunca teve prioridade na história do País. No governo Bolsonaro, o turismo e o agronegócio são dois aspectos a serem mais explorados”.²²

²² *Ibid.*

Segundo o Ministério do Turismo, depois da pandemia de Covid-19, o Governo Federal pretendia fazer fortes investimentos no turismo como estratégia de recuperação econômica, para tal objetivo já foram entregues 110 obras em infraestrutura turística em 2021, estes investimentos foram destinados para “reforma de orlas, parques, praças públicas e pavimentação asfáltica e resultam de um investimento de R\$ 49,2 milhões”.²³ Assinala-se que a região Nordeste concentrou os maiores desembolsos, R\$ 18,2 milhões.

Os discursos que circulam nas fontes e declarações institucionais assim como no setor empresarial, tais como desenvolvimento sustentável do patrimônio, turistificação dos espaços, aproveitamento patrimonial, recuperação etc. tiveram origem nas políticas de gestão das principais cidades dos países do Norte Global, eles circulam e são adotados por diversos países nas cidades do Sul global. Estes princípios e roteiros de gestão muitas vezes são adotados “sem filtro” e sem considerar o que Quijano (1998) denominou como a diversidade histórico-cultural que conforma as sociedades latino-americanas.

Relação Norte e Sul global nas gestões urbanas no Programa Revive

Na implementação do Programa Revive, foi notória desde o início das reuniões interministeriais a forma como iriam ser articuladas as redes de gestão público-privadas locais com o âmbito internacional, neste caso seguindo ao pé da letra o modelo de Portugal. Em documento oficial e preliminar do Modelo Revive para o Brasil, que data de meados de 2019, estipula-se o seguinte:

Seria mais estratégico seguir com o modelo implementado em Portugal, que já dispunha de metodologia e processos pré-definidos, além da possibilidade de orientação por parte da equipe do Turismo de Portugal, o que facilitaria a implementação do programa no Brasil”. A decisão coloca poder nas mãos dos portugueses — do setor público e privado. O plano de trabalho prevê, por exemplo, que o desenho do imóvel piloto do programa no Brasil será definido em conjunto com os portugueses.²⁴

As assessorias interinstitucionais dos dois países tiveram como uma das suas figuras principais Babington dos Santos, secretário Nacional de Integração Interinstitucional desde

²³ Governo entrega 110 obras de infraestrutura turística. **Ministério do Turismo**. Brasil. Disponível em: 12/3/2021. www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/03/governo-entrega-110-obras-de-infraestrutura-turistica.

²⁴ Aluga-se o Brasil. **The Intercept Brasil**. Disponível em: 20/10/2019 <https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/>.

2019 e um dos primeiros passos consistiu em identificar os imóveis com arquitetura e patrimônio lusófono que seriam objeto de investimentos.

Ainda em junho, o secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco, deu o tom do que está por vir. “Estamos mapeando imóveis que podem ser incluídos numa primeira etapa, a fim de impulsionar a instalação de novos restaurantes, hotéis, cafeterias, lojas de artesanato e outros equipamentos que ativem o mercado turístico, com desenvolvimento econômico”.²⁵

Por outro lado, a moradora Maura Cristina, integrante do Movimento de Mulheres Negras da Bahia e da Articulação do Centro Histórico de Salvador, quem tem vivenciado estes modelos urbanos e os impactos das políticas de gestão dos programas de renovação do CHS como o Revive, Revitalizar e outros que provêm desde os anos 90, manifesta que:

As pessoas vêm a ver a cultura regional daqui, tudo o que é feito no centro histórico é feito para o turismo, desde 1990 você deve perceber que nunca dá certo e aí tem um agravante com esses programas Revive e Revitalizar, essas novas fórmulas de fazer o centro histórico, é que desta vez eles propõem fazer alguns tipos de negócios. Eles colocam para que esses homens iluminados que pensam a cidade, sem colocar os seus atores principais que são as pessoas que nasceram e moram aqui, eles esquecem de colocar as pessoas, além de vir aqui na cidade e ver como as pessoas vivem é possível conviver o turismo com as pessoas que moram”.²⁶

Nos roteiros se demanda colocar prioridade a uma visão empresarial dos espaços que visam à produção de renda para a população solvente. É o que Otília Arantes (2007) denominou como o encontro glamuroso entre cultura e capital. As administrações dos centros também fazem parte de uma engrenagem institucional de alianças, redes e cooperações público-privadas que perpassam as esferas locais. Estas relações interinstitucionais estão imbricadas em redes internacionais denominadas de cooperação multilateral, porém o que prevalece neste caso analisado são as ideias e o modelo urbano que provêm de um país do Norte Global (Portugal). É o que Rodriguez (2020) denominou como uma geocultura na ordem do sócio-espacial no Sistema Mundo ou o que Jajamovich (2016) analisou como circulação internacional de ideias e modelos urbanos. Na Teoria do Sistema Mundo de Wallerstein (2007), a geocultura convida a pensar as formas como as ideologias urbanas capitalistas se produzem, distribuem, circulam

²⁵ Aluga-se o Brasil. **The Intercept Brasil**. Disponível em: 20/10/2019 <https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/>.

²⁶ MAURA Cristina. Habitante e integrante da articulação do Centro Histórico de Salvador, Coordenadora estadual do MST. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera, em 19/4/2021.

e consomem na organização dos territórios localmente, tendo como referência ideias e políticas de caráter global como modernização do espaço, desenvolvimento urbano, sustentabilidade etc.

Para Jajamovich (2016), a importação e exportação de teorias urbanas implica a circulação de técnicos, ideias e modelos urbanos. Estes processos evidenciam redes sócio institucionais e gestões verticais, sem dialogar com moradores, pequenos comerciantes, locatários e trabalhadores formais e informais dos centros históricos. Estas formas de gestão público-privada são assimétricas entre os contextos centrais e periféricos, as circulações de ideias sempre são unidirecionais no sentido Norte-Sul, Haesbaert (2021). As decisões são centradas nos agentes de poder da gestão territorial, que correspondem ao setor de grandes investimentos do capital imobiliário e a engrenagem pública institucional. Este tipo de relações internacionais (Sul-Norte Global) evidencia novo circuito de poder colonial no campo do saber e também no campo da gestão urbana (MIGNOLO, 2014).

Um caso emblemático e concreto deste tipo de transformações contemporâneas será no Palácio Rio Branco (antiga sede do governo da Bahia), que vai se transformar num hotel de luxo na praça Tomé de Souza, no coração do CHS. O Iphan desde o ano de 2019 já aprovou o projeto para que seja usufruído pela iniciativa privada, este Palácio está na lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Quem participa ativamente na gestão pública para outorgar a concessão aos privados é o Governo do Estado, a Secretaria Estadual de Turismo (Setur) e o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional), até agora tem como potencial investidor o grupo português Vila Galé²⁷, uma das maiores empresas hoteleiras mundiais.

“A desapropriação do Palácio Rio Branco, um imóvel histórico e dos mais importantes da nossa Bahia, está acontecendo porque o estado não tem condições financeiras de manter todos esses prédios históricos, então é melhor encontrar outra destinação, como a gente vê nos países de primeiro mundo. O governador acredita que com essa desapropriação vai tornar o palácio mais atraente para um grupo empresarial assumir o espaço”, disse o deputado estadual Adolfo Menezes (PP). “Eu assinei o decreto de desapropriação para tentar atrair investidores para dar uma destinação melhor a um espaço tão simbólico com é o Palácio Rio Branco da nossa capital”, acrescentou o governador em exercício²⁸.

²⁷ Licitação para transformar Palácio Rio Branco em hotel sairá nos próximos dias. **Correio 24 horas**. Salvador. Disponível em: 5/5/2021 <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/licitacao-para-transformar-palacio-rio-branco-em-hotel-saira-nos-proximos-dias/>.

²⁸ Governo do Estado autoriza desapropriação do Palácio Rio Branco, no centro histórico. **A Tarde**. Salvador. Disponível em: 21/10/2021. <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2198077-governo-do-estado-autoriza-desapropriacao-do-palacio-rio-branco-no-centro-historico>.

As instâncias públicas de governo - prefeitura e governo estadual - abrem as portas para que o Centro Histórico de Salvador seja um lugar de negócios e empreendimentos imobiliários, conformando o que Harvey (1996) denominou como empresariamento urbano, as cidades se renovam para competir entre si pela atração de recursos. No Programa Revive, o aspecto mais relevante consiste na viabilidade dos empreendimentos capitalistas, na consolidação de boutiques, assim como o consumo turístico do espaço central urbano.

Conclusões

Os centros históricos patrimoniais, caso de Salvador, canalizaram suas políticas de renovação no enfoque turístico. Com esta tendência mundial e continental, o centro histórico virou um espaço focalizado em produzir renda e, portanto, como com o Programa Revive, as políticas de renovação urbanas são encaminhadas em prol do turismo cultural. Este tipo de lógica possibilita que a cidade e o centro em particular sejam concebidos como uma vitrina de consumo cultural. Nessa mesma lógica, ainda prevalecem as problemáticas que há décadas existem com relação aos usos do solo urbano e as concepções de aproveitamento patrimonial muitas vezes importadas de outras latitudes, especialmente dos países do Norte Global como é o caso do Programa Revive. Estes modelos se transformaram em camisas de força e receituários a serem implementados sem considerar as condições locais, regionais, nacionais e continentais tão diversas e diferentes de onde provêm os respectivos modelos. Os roteiros plasmados nas políticas urbanas são guiados por um conjunto de ideologias como a neoliberalização das cidades, mercantilização dos espaços, o desenvolvimento sustentável e a indústria cultural, assim como o aproveitamento privado dos patrimônios. Esta tendência é feita visando à articulação entre a institucionalidade pública com o setor privado, sendo o público o agente que facilita e cria um âmbito jurídico, legislativo e de redes de gestão territorial favorável ao processo de acumulação privada das ganâncias.

Estas formas de governança no caso do Programa Revive estão presentes tanto nos governos e poderes locais, assim como em instâncias intercontinentais de gestão do assunto urbano. Suas gestões constroem poderes territoriais pautados na competitividade intraurbana por investimentos e recursos, priorizam e facilitam a inserção de grandes empresas do capital imobiliário com enfoque exclusivamente na economia de serviços e especificamente no turismo. Este tipo de modelo visa à reutilização dos espaços patrimoniais através da construção

de boutiques para serem destinadas ao consumo solvente, o que tende a agudizar os velhos conflitos por moradia para a população não solvente, assim como a diminuição da participação social nos programas de renovação de quem não possui capital para investir.

É importante que as redes de gestão territorial considerem os diversos atores sociais, possuam ou não capital de investimento, assim como os atores que não fazem parte da engrenagem pública institucional, pois o que vem se demonstrando, mais uma vez, é que os programas contemporâneos de renovação urbana dos centros históricos como é o caso do Revive, é sua seletividade e exclusão social nas redes de gestão do patrimônio.

Referências

- ABRITTA, Cota Daniela; MAGELA Costa Magela. Parceria público-privada como um instrumento de planejamento no Brasil: operação urbana em São Paulo e em Belo Horizonte. UFMG, 2010.
- ALBUQUERQUE RIBEIRO, Daniel. Gentrification no parque histórico do Pelourinho. Universidade Federal da Bahia, 2011.
- ARANTES, Otília Beatriz. Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas. In: A cidade do pensamento único, desmanchando consensos. ARANTES Otília, VAINER Carlos, MARICATO, Ermínia (Org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. El Centro Partido. Universidad Federal de la Bahía. 2004.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. El Pelourinho cuatro décadas después. Iconos 20. Flacso Ecuador. Quito, p. 45-52.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. Los enlaces entre centros históricos y participación social. UFBA, 2004.
- BAHIA/IPAC, Uso do solo e Levantamento Socioeconômico Quarteirões 2M, 5M, 6M e 10M, 1995.
- BONDUKI Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- CARRIÓN, Fernando. Dossier “Prácticas Culturales Urbanas: Política, Territorio y Sociabilidad en el Sur Global”. Entrevista concedida a Carlos Andrés Díaz Mosquera. 2021
- CARRIÓN, Fernando. Centro histórico: relación social, globalización y mitos. Quito, Ecuador: FLACSO, 2001.
- CHOAY Françoise. A alegoria do patrimônio. Editora Unesp. Estação Liberdade. São Paulo. 2017.
- CORRÊA, Maciel Raphaela. CATRACAS E CONTRADIÇÕES: O discurso da gestão turística do patrimônio cultural mundial no Brasil (2015-2021). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2021.
- DE CARVALHO, Inaia; CORSO-PEREIRA, Gilberto. A cidade como negócio. EURE, v. 39, n. 118, septiembre 2013.
- DE MATTOS, Carlos; Iracheta, Alfonso. GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. Organización Latinoamericana y del Caribe de centros históricos. OLACCHI. Centro, n. 2, diciembre, p. 99-110, 2008.
- DE MATTOS, Carlos. Globalização y metamorfose metropolitana en América Latina. Da cidade ao urbano generalizado. Revista de geografia Norte Grande, 47, 81-104, 2010.
- DE MATTOS, Carlos A. Transformación de las ciudades latinoamericanas: ¿Impactos de la globalización? EURE, v. XXVIII, n. 85. Pontificia Universidad Católica de Chile. Diciembre 2002.
- DELGADILLO Victor. Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latinoamericanas. Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 31, p. 89-111, jun 2014.
- DELGADO Farrés Yasser; RUIZ Matarán Alberto. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. Polis (Enlínea), 37, 2014.

DURAND Francisco. La captura del Estado en América Latina. Reflexiones teóricas. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial OXFAM, 2019.

FERREIRA, Cardoso da Silva; Alessandro, DE ARAUJO, Ferreira Angela Lúcia. Dinâmica imobiliária e turismo: novas relações, novos riscos. *Cadernos Metrópole*, 18, p. 109-133. 2 sem. 2007.

FERREIRA, Cardoso da Silva, Alessandro. *Metropolização Turística (2009-2013)*, Estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliárias e turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas: Salvador, Recife, Natal e Fortaleza, 2013.

FERREIRA NOBRE, Maria Ivanilde. *No reino de pedra e cal. O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna*. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa, SANTANA Mariely Cabral Centro da Cultura de Salvador de (Org.). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

HAESBAERT Rogério; GONÇALVES Carlos Walter Porto S. *A nova des-ordem mundial*. Coleção paradidáticos. Editora Unesp, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: Sobre o giro multiterritorial descolonial na América Latina*. Clacso. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense 2021.

HARVEY David. *A destruição criativa da terra*. Em: "O enigma do capital e as crises do capitalismo". São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Geografiska Annaler*. 71B, 1996.

JAJAMOVICH, Guillermo. *Miradas sobre intercambios internacionales y circulación internacional de ideas y modelos urbanos*, v. 8, n. 3, set/dez, 2016.

LOPES PEREIRA, Henrique José. *O público e o privado na gestão do patrimônio cultural: sobre o Programa Revive*. Departamento de Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa, 2017.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. Editora Vozes, 2001.

MARQUES LEÃO, Cesar Eduardo. *Government, Political Actors and Governance in urban policies in Brazil and São Paulo: Concepts for a Future Research Agenda*. *Brazilian Political Science Review*, set (3) p. 8-35, 2013.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. 2a Edición. Buenos Aires. Del Signo, 2014.

MIRANDA, Luciete Barreto; DOS SANTOS, Maria Aparecida S. C. *Pelourinho desenvolvimento socioeconômico*. Editora Bigraf, 2009.

MUTAL, Silvio. *Ciudades y centros históricos de América Latina y el Caribe: 50 años de trayectoria (1950-1999)*. In: *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Fernando Carrión, editor. Unesco, 2001.

NOBRE FERREIRA, Maria Ivanilde. *No reino de pedra e cal. O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna*. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010.

PRADILLA, Cobos Emilio Los centros históricos en las metrópolis de hoy. December 2012. In: Book: Carmen Imelsa González y Daniel Hiernaux (comps.) Espacio-temporalidad y prácticas sociales en los centros históricos mexicanos (p. 27-34). Publisher: Universidad Autónoma de Querétaro, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina. Sociedad y Política Ediciones, 1998.

RODRIGUEZ MANCILLA, Hector Marcelo. La cuestión urbana en la Geocultura. Ciclos de importación, exportación y traducción del conocimiento sobre ciudades en América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

ROMERO, José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. Clásicos del Pensamiento Hispanoamericano. Edit. Universidad de Antioquia, 1999.

SALVADOR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2020. Uma nova cidade para um novo tempo. Prefeitura de Salvador.

SANT'ANNA Marcia. A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004.

SANTOS, Milton. O Centro da cidade de Salvador: Estudo de geografia urbana. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Salvador: Edufba, 2008.

VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Cap. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

VALLADÃO, Solange Gomes. A disputa em torno do patrimônio no século XXI: uma análise das ações no Brasil e em Portugal. Cadernos Naui, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 92-106, jan-jun 2021. Semestral.

WALLERSTEIN Immanuel. O Universalismo Europeu e a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em 15 de janeiro de 2023 | Aceito em 09 de fevereiro de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional